

19 MAI 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

POVO DE CURITIBA QUER DIRETAS JÁ

CHEGA!



19 MAI 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

PEGO NO FLAGRA!

Imagens feitas
pela PF mostram
deputado
paranaense
recebendo
propina



Rodrigo Rocha Loures recebeu R\$ 500 mil em suborno.

O colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, divulgou com exclusividade fotos feitas pela Polícia Federal (PF) que mostram o flagrante do deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB) recebendo R\$ 500 mil em propina a primeira parcela de um montante prometido de R\$ 480 milhões. Rocha Loures havia sido destacado pelo presidente Michel Temer (PMDB) para tratar com Joesley Batista de assuntos do interesse do grupo empresarial JBS.

As cenas mostram a entrega do dinheiro ocorrida em 28 de abril deste ano. É possível ver Rocha Loures se encontrando com o diretor da JBS Ricardo Saud em um café no Shopping Vila Olímpia, em São Paulo. Do café, eles seguem para o restaurante Pecorino, num movimento interpretado como uma forma de despiste. Meia hora depois, os dois se encontram no estacionamento do mesmo shopping. Dentro de um carro, Saud tinha uma mala com R\$ 500 mil em notas marcadas pela PF.

O deputado não pega o dinheiro no estacionamento e pede para que eles sigam para a pizzaria Camelo, no bairro dos Jardins. Rocha Loures entra na pizzaria sem nenhuma mala, mas depois deixa o local carregando uma mala preta com, segundo a PF, os R\$ 500 mil.

Segundo Lauro Jardim, as cenas filmadas pela Polícia Federal também são devastadoras para o presidente do PSDB, o senador mineiro Aécio Neves. A Polícia Federal filmou o primo de Aécio, Frederico Pacheco de Medeiros, pegando, a mando de Aécio, R\$ 1,5 milhão em propina — três quartos dos R\$ 2 milhões que Aécio pediu, sem saber que era gravado, para Joesley. As cenas abaixo mostram a primeira entrega, ocorrida em 12 de abril deste ano.

Em nota, o advogado José Luis Oliveira Lima, que representa Rocha Loures, diz que, “apesar da divulgação parcial

de alguns trechos da investigação, ainda não foi disponibilizado para a defesa o acesso aos procedimentos que tramitam no STF”. “Tão logo se conheça o teor da investigação, todos os esclarecimentos devidos serão apresentados pelo Deputado Rodrigo Rocha Loures. Registramos que o deputado está a disposição das autoridades para prestar todos os esclarecimentos devidos.”

CONTINUA

19 MAI 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO,

Aécio Neves "abandona o barco"

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) confirmou, por meio de nota, que vai se licenciar da presidência do partido por tempo indeterminado para se "dedicar diuturnamente a provar sua inocência e de seus familiares". A decisão ocorre no mesmo dia em que a irmã do parlamentar, Andrea Neves, foi presa por agentes da Polícia Federal e do Ministério Público por suposto envolvimento com corrupção e um dia após a notícia veiculada na imprensa de que ele teria sido gravado pedindo R\$ 2 milhões a Joesley Batista, dono da JBS.

"Em razão das ações promovidas no dia de hoje contra mim e minha família, quero afirmar que, a partir de agora, minha única prioridade será preparar minha defesa e provar o absurdo dessas acusações e o equívoco dessas medidas", declarou o tucano. Ontem, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, proi-



Tucano se licenciou do partido.

biu Aécio de exercer funções no Senado. Em sua decisão, o ministro também impôs duas medidas cautelares ao tucano:

a proibição de contatar qualquer outro investigado ou réu e a proibição de sair do País. Fachin negou o pedido de prisão do tucano, feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR), e disse que eventual recurso pode ser incluído para análise do plenário.

No texto, Aécio disse ainda que vai se empenhar para "resgatar a honra e a dignidade que construiu ao longo de mais de 30 anos de vida pública". "O tempo permitirá aos brasileiros conhecer a verdade dos fatos e fazer ao final um julgamento justo", afirmou. Ele também destacou que o Brasil "precisa" que o PSDB continue a ser o "fiador" das reformas defendidas pelo governo Michel Temer. Ontem, entretanto, o relator da reforma trabalhista no Senado, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), disse que a proposta virou secundária e a tramitação do texto está suspensa. (Estadão Conteúdo)

Inquérito contra Michel Temer

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), abriu um inquérito contra o presidente da República, Michel Temer (PMDB), a pedido da Procuradoria-Geral da República, em um desdobramento dos conteúdos apresentados pelos empresários Joesley e Wesley Batista em acordo de colaboração premiada homologado pelo ministro, por tentativa de obstrução das investigações na Operação Lava Jato. Fachin homologou a delação premiada da JBS e

tirou o sigilo. Os donos da JBS, Joesley Batista e seu irmão Wesley Batista, gravaram uma conversa em que o presidente Michel Temer supostamente dá aval para a compra do silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso na Operação Lava Jato. A informação foi divulgada nesta quarta-feira, 17, pelo colunista do jornal O Globo Lauro Jardim. O Estadão confirmou as informações e a homologação - que dá validade legal às informações informadas pelos delatores.

A conversa com Temer teria ocorrido no dia 7 de março deste ano, no Palácio do Jaburu, residência do presidente. No diálogo, Joesley teria dito ao peemedebista que estava pagando uma mesada a Cunha e a Lúcio Funaro, apontado como operador do ex-presidente da Câmara, também preso na Lava Jato, para que ambos ficassem em silêncio sobre irregularidades envolvendo aliados. "Tem que manter isso, viu?", disse Temer a Joesley, segundo relatou O Globo. (Estadão Conteúdo)

19 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Temer soube de plano para tirar procurador

Conversa do presidente com empresário da JBS revela que ele tomou conhecimento de estratégia contra investigador

Executivo também afirmou a Temer que estava 'dando conta' de dois juizes, os quais não identificou

LETÍCIA CASADO
RUBENS VAENTE
DE BRASÍLIA

A conversa mantida entre o empresário Joesley Batista e o presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu revela que o peemedebista tomou conhecimento de um plano para destituir um procurador da República que investigava o grupo empresarial de Batista, mas não reagiu de forma contrária à estratégia.

Também não há informação de que Temer tenha procurado a PGR (Procuradoria-Geral da República) ou outra autoridade de investigação para informar sobre o plano de interferência na operação policial relatado pelo empresário.

Batista disse ao presidente, no diálogo mantido no mês de março, que estava "tentando trocar o procurador" que estava "atrás" do empresário. A **Folha** apurou que se trata de uma referência a Anselmo Henrique, o coordenador da força-tarefa da Operação Greenfield.

Deflagrada em novembro passado, a Greenfield investiga uma série de supostos desvios em fundos de investimento em conexão com fundos de pensão de servidores públicos federais.

A operação tinha como foco uma das empresas do grupo J&F, dos irmãos Joesley e

Wesley Batista. Na investigação, o procurador conseguiu diversas medidas judiciais contrárias aos interesses dos Batista.

JUIZES

O executivo afirmou a Michel Temer que estava "dando conta" de dois juizes, os quais não identificou nominalmente, e que tinha conseguido colocar um procurador "dentro da força-tarefa" da Greenfield.

O suposto informante é uma referência ao procurador da República Angelo Villela, que foi preso nesta quinta-feira (18) na Operação Patmos, e que entrou nos quadros da força-tarefa da Greenfield no dia 22 de março. Villela, segundo apurou a Greenfield, havia sido "infiltrado" na operação.

"Aqui eu dei conta de um lado, o juiz, dar uma segurada, do outro lado, o juiz substituto, que é um cara que fica.... [inaudível] Tô segurando os dois. Consegui um procurador dentro da força-tarefa, que tá, também tá me dando informação. E lá que eu tô para dar conta de trocar o procurador que tá atrás de mim. Ô, se eu der conta, tem o lado bom e o lado ruim. O lado bom é que dá uma esfriada até o outro chegar e tal. O lado ruim é que se vem um cara com raiva, com não sei o quê...", afirmou Joesley Batista a Temer.

Neste instante do diálogo, o presidente não se manifesta contrariamente ao "plano" de Batista e a conversa derivou para outro assunto.

MEIRELLES

Batista também falou sobre a "ótima" relação que tem com Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, mas faz algumas reclamações. Eles trabalharam juntos porque Meirelles foi presidente da J&F, a holding do grupo JBS.

"Não sei o quanto vou mais firme nele, o quanto deixo ele com essa pepineira", diz Batista sobre Meirelles.

O empresário diz que já conversou com Meirelles sobre o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, a presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos, e o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn.

"Precisa mexer na Receita Federal, pô, o Rachid está aí há tanto tempo. [Meirelles teria respondido] 'Ih não posso, [e também] BNDES é do [Ministério do] Planejamento, não'", registra o áudio.

Batista disse a Temer que já reclamou a Meirelles sobre o presidente do Cade.

"Eu não vou falar nada descabido, mas olha, esse presidente do Cade... precisa ter presidente do Cade 'ponta firme'", afirma Batista.

"Eu queria ter alguma sintonia contigo para quando eu falar com ele, ele não jogar... 'ah não, o presidente...'", disse Batista. "Não deixa", completou Temer. "Mas se eu falar com ele e ele empurrar a você, quero poder dizer 'olha'...", disse Batista. "Pode falar", concordou o presidente. "Quando digo de ir mais firme no Henrique é isso", afirmou o delator.

CONTINUA



O empresário Joesley Batista, da JBS, gravou em março um encontro com o presidente em Brasília em que o delator falou sobre pagamentos à família do ex-deputado federal Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro. Segundo antecipou o jornal "O Globo", Temer falou **"Tem que manter isso, né?"**, dando aval à compra do silêncio do ex-deputado

No diálogo, Temer indica o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) como uma espécie de seu emissário, que resolveria "tudo" em seu nome. O congressista foi filmado posteriormente recebendo dinheiro vivo em São Paulo

Detalhes da delação da JBS começaram a ser revelados nas últimas 24 horas. Um dos pontos do acordo afirma que Temer antecipou a Joesley um corte de um ponto percentual na taxa de juros, pelo Comitê de Política Monetária



Evaristo Sá/AFIP Photo



>> A DELAÇÃO DA JBS

Sob pressão diante de diversas investigações da Polícia Federal, em diferentes frentes, os donos e executivos do frigorífico JBS articularam um acordo de delação premiada na Justiça. Eles tinham ido ao Supremo para discutir detalhes na semana passada

Na sexta (12), a PF havia deflagrado operação sobre supostas irregularidades na concessão de empréstimos do BNDES ao grupo. Também neste ano, tinha sido alvo na Operação Carne Fraca, sobre suborno a fiscais agropecuários, e Cui Bono? relacionada à concessão de créditos pela Caixa Econômica Federal

Em 2016, o grupo J&F, que controla a JBS, foi investigado sob suspeita de pagar propina em troca de recursos do fundo de investimentos do FGTS. A casa de Joesley foi alvo de buscas

A JBS teve forte expansão desde a década passada, inclusive fora do Brasil, e buscou proximidade com políticos. Acabou se tornando uma das principais doadoras de campanhas eleitorais no país

19 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Dilma solicitou R\$ 30 mi para aliado, diz delator

RAQUEL LANDIM
DE SÃO PAULO

O empresário Joesley Batista, do grupo JBS, afirmou à Procuradoria Geral da República que a ex-presidente Dilma Rousseff pediu uma doação de R\$ 30 milhões para a campanha de Fernando Pimentel ao governo de Minas Gerais.

Segundo apurou a reportagem com pessoas próximas ao processo, a afirmação faz parte da delação premiada negociada pelos donos da JBS e seus executivos para se livrar das investigações da Polícia Federal.

A empresa é investigada em cinco operações diferentes da PF. Na mais recente, os policiais investigam se a empresa foi favorecida pelo BNDES ao receber apoio para aquisições no exterior.

Em nota, o diretório do PT em Minas Gerais disse que “todas as informações referentes à prestação de contas eleitorais foram devidamente apresentadas à Justiça Eleitoral”.

A campanha vitoriosa do PT para o governo de Minas declarou ter gasto R\$ 52 milhões, custo superior aos R\$ 42 milhões que foi inicialmente estimado, o que gerou uma investigação pela Justiça Eleitoral.

De acordo com pessoas próximas, Joesley relatou às autoridades que a conversa com Dilma sobre a doação para Pimentel ocorreu no fim de 2014 no Palácio do Planalto.

A JBS teria feita a doação dos R\$ 30 milhões via caixa 2. A JBS fez várias declarações oficiais para a campanha do PT em Minas, mas nenhuma em valor tão alto.

A assessoria de Pimentel informou que qualquer assunto referente a contas de campanha deve ser tratado com o partido. A assessoria de Dilma não se posicionou. O JBS também não comentou o assunto.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Um zumbi no Planalto

BRASÍLIA - Michel Temer, o presidente sem votos, agora quer ser presidente sem governo. Flagrado numa trama de corrupção e obstrução da Justiça, ele vê sua autoridade se esfarelar em praça pública. Mesmo assim, insiste em se acorrentar à cadeia.

O governo começou a respirar por aparelhos na noite de quarta. Assim que o diálogo com o dono da JBS foi divulgado, aliados passaram a discutir procedimentos para desligar as máquinas. As conversas avançaram pela madrugada de Brasília.

Na residência do presidente da Câmara, ministros discutiram as exéquias do chefe. Todos trataram Temer como um cadáver político. Restaram divergências sobre a forma de removê-lo do palácio: via renúncia, impeachment ou cassação no TSE.

A situação se agravaria nas horas seguintes. O Supremo autorizou a abertura de inquérito criminal contra o presidente. A OAB falou em fatos "estranhíssimos, repugnantes e gravíssimos". A Bolsa abriu em queda livre, e o mercado passou a cobrar um desfecho rápido para a crise.

Temer ouviu de vários aliados que seu governo acabou, mas decidiu resistir, mesmo que seja na condição de zumbi político. A tática foi sugerida por conselheiros que dependem do foro privilegiado para não embarcar no próximo voo para Curitiba.

Em vez de demonstrar força, o discurso do "fico" forneceu um atestado de fraqueza política. Em tom irritadíssimo, o presidente esbravejou, elevou a voz, mas não esclareceu nenhuma das suspeitas graves que o cercam.

Temer adotou a estratégia do terrorismo econômico. Sugeriu que sem ele o país mergulhará no caos e disse que "não podemos jogar no lixo da história" o esforço para tirar o país da recessão. Quando afirmou que não iria renunciar, ouviu aplausos tímidos e constrangidos.

Ao prolongar a agonia, Temer indicou que está menos preocupado com o Brasil do que com o próprio destino. Talvez não tenha entendido que este pode ser o caminho mais curto para a lata de lixo.

19 MAI 2017

PAINEL DO LEITOR

Em texto de 12/2, o colunista Bernardo Mello Franco foi uma solitária voz a incomodar-se com a blindagem de Michel Temer por Sergio Moro, que indeferiu perguntas incômodas de Eduardo Cunha ao presidente. O jornalista decretou: "A tarefa de evitar constrangimentos a Temer pode ser deixada para os advogados do presidente". Talvez seja o caso de, agora, pressionar o juiz Moro para que ele explique por que se empenhou tanto em proteger Temer de Cunha.

SIDNEI JOSÉ DE BIRTO (São Paulo, SP)

19 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Gravação entre presidente e Joesley não é conclusiva

Ao ouvir providências tomadas por Joesley em relação a Cunha, Temer afirmou: 'Tem que manter isso, viu?'

Audio que veio a público possui trechos inaudíveis e não deixa clara a compra de silêncio de ex-deputado

LETÍCIA CASADO
CAMILA MATTOSO
RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Em conversa gravada, o presidente Michel Temer (PMDB) afirmou ao empresário Joesley Batista, ao ouvir as iniciativas que o dono do grupo JBS vinha tomando com relação ao ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ): "Tem que manter isso, viu?".

O áudio que veio a público do diálogo não é conclusivo sobre a realização de pagamentos ao ex-deputado para comprar seu silêncio.

Após a fala de Temer, Joesley afirma: "Todo mês", o que indica, segundo o empresário afirmou em seu acordo de delação premiada fechada com a PGR (Procuradoria Geral da República), acertos em dinheiro.

Cunha, que está preso no Paraná, tem indicado nos bastidores a ideia de fazer um acordo de delação com a Lava Jato.

O sigilo judicial sobre a gravação, que integra o acordo de delação premiada homologada com o empresário do

grupo JBS, foi derrubado nesta quinta-feira (18) por ordem do ministro relator dos casos da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin. A conversa contém trechos inaudíveis, e não houve transcrição feita pelas autoridades da Justiça.

Minutos antes, o ministro havia autorizado a entrega de uma cópia da gravação à área jurídica do Palácio do Planalto.

A gravação tem 38min57s. O trecho em que Joesley trata com Temer sobre o seu relacionamento com Cunha, que está preso por ordem do juiz federal Sergio Moro, dura cerca de três minutos.

Batista afirma que fez "o máximo" e "zerou tudo", referindo-se a "pendências" que tinha com Cunha.

O ex-deputado teria "cobrado" algo que não fica claro na conversa. Joesley contou ao presidente que tinha um contato em comum tanto com Cunha quanto com seu aliado, o corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro: tratava-se do ex-ministro da Secretaria de Governo Geddel Vieira Lima.

Porém Joesley disse que perdeu contato com Geddel depois do escândalo que levou à queda de ministro no final de 2016. Geddel passou a ser "investigado", segundo Joesley, e por isso ele evitava entrar em contato com ele.

Temer concordou com o

empresário, falou em "cuidado", em um cenário "complicado" e ponderou que poderia aparentar uma "obstrução à Justiça", conduta considerada crime pelo Código Penal.

Na sequência da conversa, Joesley resume o quadro: "O que que eu mais ou menos dei conta de fazer até agora. Eu tô de bem com o Eduardo, ok?". Nesse momento, Temer concorda: "Tem que manter isso, viu?". Joesley complementa: "Todo mês".

A partir daí, a conversa muda de foco, Batista passa a falar sobre a situação dos processos a que responde em Brasília.

CUIDADOS

Em outra gravação, Joesley afirma ao deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) a sua versão sobre o que teria dito a Michel Temer. "Eu disse pra Michel, desde quando Eduardo foi preso e ele [Funaro], quem está segurando as pontas sou eu". Loures concordou: "Cuidando deles lá".

Para o deputado, essa ajuda "estabilizou" Cunha.

"Agora, o que eu comentei com Michel que o problema é o seguinte, ô, Rodrigo, a gente tem que pensar que essa situação não dá para ficar o resto da vida. Um mês vai, dois meses, três meses, seis meses, mas vai chegando uma hora que você vai indo, você vai indo...".

19 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Fachin autoriza inquérito contra presidente

DE BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou a abertura de inquérito para apurar se o presidente Michel Temer cometeu crime de obstrução à Justiça com base na delação premiada dos irmãos Batista, do grupo JBS.

Os empresários Wesley e Joesley Batista entregaram aos procuradores uma gravação em que Temer é informado que a JBS mantinha um representante infiltrado na força-tarefa da Lava Jato. Joesley também informa a Temer que estava “segurando” juízes e buscava “trocar” um procurador que estava lhe investigando.

Quando é informado por Joesley que o empresário estava “de bem” com o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que está preso, Temer responde: “Tem de manter isso, viu?”.

Segundo a **Folha** apurou, ainda em abril, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, fez consultas a Fachin sobre a possibilidade de investigar Temer.

Quanto um ex-executivo da Odebrecht afirmou em sua delação que o presidente comandou em 2010, quando era candidato a vice, uma reunião em São Paulo em que se acertou o pagamento de US\$ 40 milhões de propina, Janot escreveu em despacho que outros citados deveriam ser investigados “com exceção do atual presidente da República, Michel Temer” que “possui imunidade temporária à persecução penal”.

Alegou que, pela Constituição, o presidente, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos anteriores. A tese, porém, é motivo de controvérsia entre especialistas.

Ainda não está claro se Temer cometeu um crime

Nova etapa da crise pode contribuir para alterar a polarização que vem dominando o debate político nos últimos anos

OSCAR VILHENA VIEIRA
COLUNISTA DA FOLHA



O resultado imediato da divulgação das gravações de Joesley Batista foi a fragilização jurídica e política do presidente Michel Temer.

Como a Constituição impede que o presidente seja responsabilizado por atos estranhos à sua função, Temer vinha sendo poupado pela Procuradoria-Geral da República. Com a divulgação das gravações, ele passa à condição de investigado por eventuais delitos praticados no exercício da Presidência, o que pode levar a sua responsabilização.

Ainda não é claro se Temer cometeu crime. E, se cometeu, qual seria a natureza da infração. De um lado pesa a suspeita de que tenha cometido crime contra administração da justiça, assim como o delito de promover, financiar ou integrar organização criminosa.

Temer nega peremptoriamente que tenha anuído à conduta de Joesley Batista de comprar o silêncio de Eduardo Cunha.

Também há que se considerar eventuais crimes de responsabilidade. O presidente também se tornou juridicamente mais vulnerável face ao julgamento da chapa Dilma-Temer, pelo TSE. Embora não haja comunicação entre os fatos trazidos à luz pelas gravações e o processo conduzido no âmbito eleitoral, é evidente que o agravamento da crise política dará novo contornos ao julgamento.

É DIFÍCIL PARA
ALGUÉM QUE SE
COLOCOU CONTRA
O GOVERNO DILMA
NÃO SE INDIGNAR
COM O CONJUNTO
DA OBRA DA
ALIANÇA ENTRE
PMDB E PSDB

Para além das consequências jurídicas, essa nova etapa da crise pode eventualmente contribuir para alterar a perversa polarização que vem dominando o debate político brasileiro nos últimos anos. De um lado, aqueles que atribuem ao PT e seus apoiadores o monopólio da corrupção. De outro, aqueles que veem na Operação Lava Jato uma simples conspiração para derrubar Lula.

Com o petardo desfechado sobre Aécio Neves e Michel Temer, ambas narrativas perdem muito de seu apelo.

É difícil para alguém que se colocou contra o governo Dilma por entendê-lo corrupto não se indignar com o conjunto da obra da aliança entre PMDB e PSDB.

Da mesma forma, com o pedido de prisão de Aécio Neves e de investigação de Michel Temer, não há como negar que a Lava Jato é muito mais do que uma simples conspiração para eliminar o PT e as esquerdas.

19 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Tempo demais

Conversa, entre murmúrios e concordâncias, desperta alguma suspeita mas não leva a nenhuma conclusão

ONDE ESTÁ o conteúdo das gravações? A pergunta repetiu-se com insistência desde que se revelou a conversa do presidente Temer com Joesley Batista, presidente da JBS.

Combinava-se, segundo disse o empresário em delação premiada, um pagamento para silenciar o ex-deputado Eduardo Cunha. A única frase textual de Temer que se citou não era, pensando bem, das mais claras: “tem de manter isso, viu?”

“Isso” o quê? Deduziu-se que era o pagamento, o acordo, a propina para manter calado Cunha. Mas qual o contexto? Haveria outra interpretação possível?

Desde cedo, nesta quinta-feira, a OAB do Paraná lançou um manifesto para que o ministro Edson Fachin, do STF, liberasse para conhecimento público o registro da conversa.

No seu pronunciamento pela TV, às 16h, Temer disse ter pedido ao STF acesso aos documentos da delação.

Quanto à sociedade em geral, apesar de todos os comentários de que o governo já tinha terminado, só conhecendo os termos exatos do famoso diálogo seria possível avaliar o comportamento do presidente.

Como manter, então, o sigilo sobre as gravações? Quanto mais tempo passava, mais se agravava a crise. Debandada de ministros, debacle na Bolsa, manifestações de rua. A gravação não vinha.

Processos judiciais são, por natureza, públicos. É um princípio constitucional. Há exceções, contudo: em casos de família, como divórcio, tudo corre sob o chamado “segredo de Justiça”. O bem-estar dos filhos, por exemplo, ou a privacidade do casal, são bens a serem protegidos pela lei, apesar do princípio geral da transparência dos processos.

Por razões óbvias, investigações

criminais têm de ser sigilosas. As autoridades podem pedir a um juiz, por exemplo, autorização para escuta telefônica — mas seria absurdo avisar com antecedência os envolvidos.

Também as delações premiadas, em tese, correm em segredo. Como são instrumentos para investigações posteriores, e não uma etapa de processo judicial, não se submetem à regra da publicidade. Não é conveniente, afinal, que delatados saibam estar sob suspeita. O delatado pode fugir, pode destruir provas, pode forjar documentos em sua defesa...

Depois de obtidas as provas, a coisa muda. A delação pode vir a público, se já se tomaram todas as medidas investigativas de que se precisava.

O Supremo Tribunal Federal fixou, em 2009, a jurisprudência que garante aos defensores de um acusado o pleno acesso às provas contra ele. É a chamada “súmula vinculante” de número 14, aprovada pela maioria do plenário.

Tratava-se de uma proposta apresentada ao STF pela Ordem dos Advogados do Brasil, buscando favorecer o pleno direito de defesa dos cidadãos. Provas têm de ser públicas. Mas quando? Se as investigações ainda não terminaram, a divulgação de uma prova pode atrapalhar a obtenção de outras.

Também nas delações, fica tudo a critério do juiz responsável pela condução do caso.

Na Operação Lava Jato, o usual tem sido divulgar seu conteúdo. O juiz Sergio Moro, por exemplo, privilegia o critério do interesse público, evitando o segredo. Este, por sua vez, é muitas vezes pedido pelos advogados, que buscam defender seus clientes de eventuais calúnias.

Mesmo aqueles famosos vídeos das delações, que toda hora aparecem na internet, podem não estar completos. Se achar importante, o juiz mantém em segredo trechos de um depoimento, tendo em vista novas investigações.

Seja como for, no caso das gravações de Temer, acusado e acusadores mostraram-se de acordo. Mas só depois de quase 24 horas de suspensão, e de uma crise gravíssima, o ministro Fachin suspendeu o sigilo.

Foi tempo demais, para uma conversa que, entre murmúrios e concordâncias, desperta alguma suspeita mas não leva a nenhuma conclusão.

19 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende empreendimento de luxo suspeito de invasão na Bahia

Complexo do Grupo Fasano em Trancoso, com hotel e vilas residenciais, teve obra embargada

Processo diz que área pertence a mulher de 80 anos e foi invadida; empreendedores dizem que comprovarão posse

MÁRIO BITTENCOURT
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

Um empreendimento de luxo do Grupo Fasano em Trancoso (distrito de Porto Seguro, no sul da Bahia), com custo inicial de R\$ 130 milhões, foi suspenso pelo Tribunal de Justiça do Estado por suspeita de estar sendo construído em área invadida.

A desembargadora Gardênia Duarte, em decisão de 8 de maio, deterrinou o embargo das obras e multa de R\$ 10 mil por dia caso o empreendimento, que ocupa 300 hectares de mata nativa e 500 metros de praia, continue a vender lotes. Cabe recurso.

Segundo o processo, a área onde está o Reservas Trancoso, lançado no Rio de Janeiro em dezembro de 2016 num evento para a elite carioca, pertence à agricultora Joaquina Antonia Soares, 80, e foi invadida em 2010.

Os empreendedores afirmam que vão apresentar à Justiça documentos comprovando a legalidade da posse

Localizado na praia de Itapororoca, famosa por suas falésias, o empreendimento tem previsão de ficar pronto em 2019. Segundo o site do Grupo Fasano, ele inclui 19 estâncias dentro de um complexo com um hotel de 40 bangalôs e 23 vilas residenciais.

O projeto é assinado por Isay Weinfeld, que também responde pelo design dos Hotéis Fasano São Paulo e Fasano Punta del Este, e foi idealizado pela incorporadora Bahia Beach, responsável pelo empreendimento.

Imobiliárias consultadas pela **Folha** dizem que na praia de Itapororoca o metro quadrado de um terreno pode variar de R\$ 800 a R\$ 1.000.

De acordo com a decisão judicial, prepostos dos donos do empreendimento dificultaram a demarcação da área em disputa por um perito nomeado pela Justiça.

O advogado Nirvam Dantas, que defende Joaquina, disse que logo após a demarcação feita pelo perito “todos os marcos implantados na área foram retirados em clara desobediência e deboche ao Poder Judiciário”.

Segundo ele, a área de Joaquina soma 28 hectares e é fruto de uma doação em 1962, decorrente de um processo criminal em que ela figurava como vítima de um estupro.

Dantas disse que a área foi doada pelo pai do autor do crime como forma de compensar o que tinha sido feito.

O caso foi parar no TJ da Bahia após a Justiça de Porto Seguro negar pedido de antecipação de tutela de Joaquina. A Justiça local não tinha observado ainda um pedido de liminar da agricultora.

A desembargadora disse reconhecer “a presença de elementos caracterizadores do esbulho contra a posse da agravante [Joaquina]”.

Duarte levou em conta também “a hipossuficiência [de Joaquina] diante da dimensão do empreendimento e capacidade econômica da agravada [a Bahia Beach, acionada no processo]”.

“O perigo de dano à agravante é evidente, haja vista a ocupação irregular da área, inegavelmente demonstrada pelas próprias fotos acostadas e audiência de justificação realizada com a respectiva gravação”, diz trecho da decisão da desembargadora.

CONTINUA

19 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CONTINUAÇÃO

“O perigo de dano à agravante [a agricultora Joaquina Soares, 80] é evidente, haja vista a ocupação irregular da área, inegavelmente demonstrada pelas próprias fotos acostadas

DECISÃO DA JUSTIÇA
da desembargadora Gardênia Duarte,
em relação ao terreno em disputa

CONTROLADOS

Posse legal será comprovada, diz incorporadora

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

Procurado pela Folha, o Grupo Fasano informou que iria se manifestar sobre o caso por meio da incorporadora Bahia Beach, responsável pelo empreendimento em Trancoso, no sul da Bahia.

Em nota, a empresa disse que “já foi notificada e apresentará as informações e documentos comprovando a legalidade da posse do terreno” em uma audiência na Justiça.

A Bahia Beach foi questionada pela reportagem, mas não falou sobre a tentativa de impedir a demarcação da área pelo perito judicial nem informou sobre o andamento da obra e venda dos lotes. Segundo site do grupo, o complexo inclui hotel com 40 bangalôs e 23 vilas residenciais.

19 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

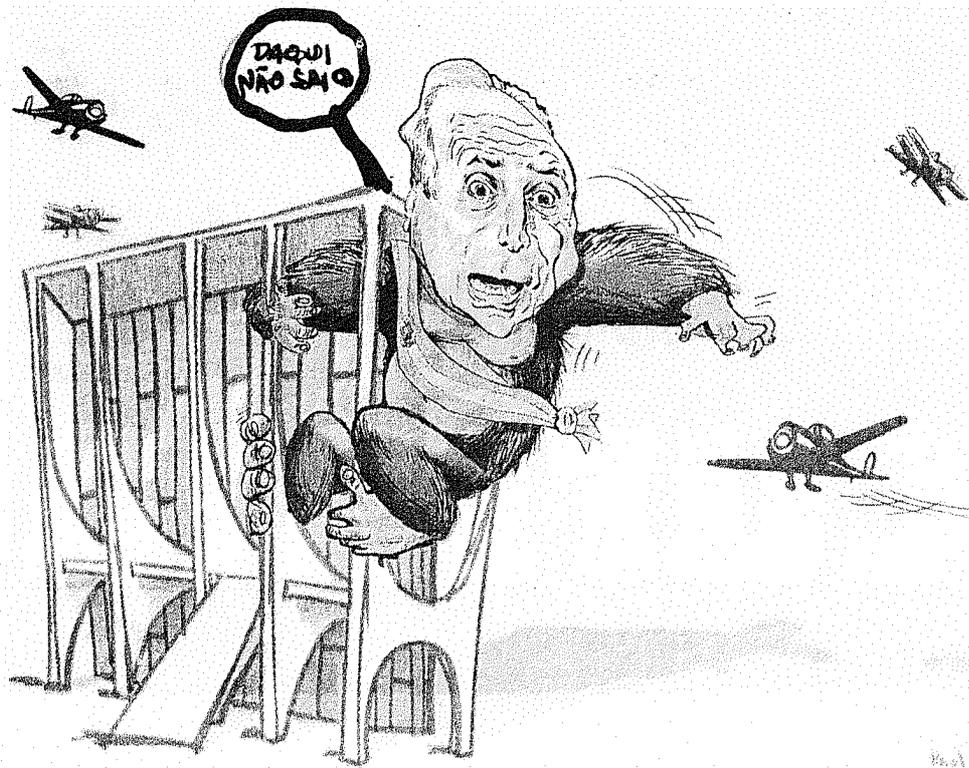
QUERO FICAR

OSTJ (Superior Tribunal de Justiça) julga nesta sexta (19) um pedido do IED (Istituto Europeo di Design) para ter o direito de se instalar no antigo cassino da Urca, no Rio. A entidade tem autorização da prefeitura para funcionar, está fazendo reformas no prédio e inaugura no fim do mês uma exposição no espaço. O Ministério Público contestou a autorização, dizendo que ela foi dada sem levar em conta estudos que demonstram o impacto viário das obras.

19 MAI 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



A Constituição e as instituições brasileiras estão diante de um novo teste. A delação de Joesley Batista, dono da JBS, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, abalou a posição do presidente Michel Temer, acusado de dar seu aval a Batista para que mantivesse a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, em uma conversa no Palácio do Jaburu em março, além de indicar o deputado paranaense Rodrigo Rocha Loures para facilitar interesses da empresa. Tanto Loures quanto o senador Aécio Neves — também citado na delação, homologada nesta quinta-feira pelo Supremo Tribunal Federal — já foram afastados pelo STF. Mesmo apoiadores de Temer chegaram a considerar sua situação insustentável e pediram sua saída: um terremoto de grandes proporções em um momento no qual a economia parecia dar sinais de melhora e as reformas, bem ou mal, caminhavam no Congresso.

Dada a gravidade do assunto, foi providencial a decisão do ministro Edson Fachin de levantar o sigilo de todos os textos e áudios relacionados à delação para que se pudesse avaliar a veracidade das acusações. E, uma vez divulgadas as gravações, instalou-se a controvérsia, pois a acusação de obstrução de Justiça, com a compra do silêncio de Eduardo Cunha, não fica clara apenas pela conversa entre Temer e Joesley. O já célebre “Tem que manter isso, viu?” dito por Temer não é precedido de nenhuma confissão explícita de pagamentos a Cunha para que ele se mantenha calado. Fala-se, sim, de pressões do ex-deputado, e o ex-ministro Geddel Vieira Lima também é mencionado. Dados os personagens, provavelmente não se trata de assuntos muito republicanos. Mas a literalidade da conversa, de forma isolada, não permite tirar conclusões definitivas; é preciso investigar melhor seu contexto.

Ainda assim, as gravações contêm muito material comprometedor para Te-

As gravações contêm muito material comprometedor para Temer

mer. Batista confessa a ele, sem pudor nenhum, que infiltrou um procurador na Operação Lava Jato para que fornecesse informação e livrasse o empresário e a JBS de maiores problemas, em troca de dinheiro. O presidente a tudo ouve sem levantar a menor objeção e, ao que parece, sem ter tomado nenhuma atitude posterior, o que constituiria prevaricação. Também há indícios de tráfico de influência quando Temer e Joesley conversam sobre o acesso da JBS ao BNDES, banco de fomento, e ao Cade, órgão de defesa da concorrência. É neste contexto que aparece a menção a Rocha Loures. E o próprio fato de Temer receber Joesley a al-

tas horas da noite, e não no horário normal de expediente, não ajuda o presidente.

“A investigação pedida pelo Supremo Tribunal Federal será território onde surgirão todas as explicações. E no Supremo demonstrarei não ter nenhum envolvimento com estes fatos”, afirmou Temer no pronunciamento em que descartou a possibilidade de renúncia. De fato, as denúncias merecem investigação para que se defina sem dúvida que conhecimento e conivência Temer eventualmente tinha em relação a crimes praticados por Joesley Batista e outros personagens desta trama.

É extremamente grave que um presidente da República passe a ser investigado por atos cometidos no exercício do cargo. É nessas horas que a tentação de soluções momentâneas e populistas precisa ser contida em nome do respeito à Constituição e às instituições. Se as investigações apontarem para a participação do presidente da República nos esquemas de corrupção, os caminhos possíveis já estão determinados pela Carta Magna, tanto no trâmite ao qual o presidente deve ser submetido quanto nas regras para sua eventual substituição. A hora pede firmeza, mas não precipitação; e, acima de tudo, que se evite a tentação de inovações populistas que fogem do marco institucional já estabelecido.

19 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Agora investigado pelo STF, Temer resiste e afirma que não vai renunciar

Ministro do STF suspende sigilo das gravações. Áudios afastam crime de obstrução de justiça, mas reforçam tese de prevaricação

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● A divulgação dos áudios gravados por Joesley Batista, do grupo JBS, jogou nova luz sobre as informações iniciais, divulgadas na quarta-feira. Por um lado, a acusação de que o presidente Michel Temer promoveu obstrução da Justiça perde força. O trecho que embasava essa possibilidade era o da frase “Tem que manter isso, viu?”, sobre o relacionamento de Batista com o ex-deputado Eduardo Cunha. A frase de Temer não parece guardar relação com o pagamento de uma “mesada” a Cunha.

De outro lado, ganha força a tese de que o presidente cometeu o crime de prevaricação, ao aceitar que Batista tenha buscado influenciar e cooptar procuradores e juízes — o pagamento de uma mesada de R\$ 50 mil a um procurador da República, em troca de informações sigilosas da investigação da qual é alvo na Operação Greenfield, que apura rombo bilionário nos maiores fundos de pensão do País. As gravações mostram Temer dizendo “ótimo” quando o interlocutor fala sobre o tema. Na mesma linha entram a anuência às pressões sobre o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), intermediada pelo deputado paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB).

Diante de especulações sobre sua permanência no cargo, o presidente precisou fazer no meio da tarde um pronunciamento público ao país para afirmar que não vai renunciar. “Não renunciarei. Repito: não renunciarei”, disse, exaltado. Temer negou envolvimento em uma trama para “comprar” o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que cumpre prisão preventiva em Curitiba. “Não comprei o silêncio de ninguém.”

O governo também viveu a ameaça de debandada na base aliada, que foi contida num primeiro momento pelo Planalto. Os principais partidos condicionaram a saída da base de apoio a uma avaliação do conteúdo do áudio gravado por Joesley. Somente o PPS e o Podemos (antigo PTN) anunciaram o rompimento. No PPS, Roberto Freire decidiu deixar o Ministério da Cultura.

Aécio afastado

Fachin determinou o afastamento de Aécio Neves (PSDB-MG) do mandato de senador e determinou a prisão de sua irmã, Andréa Neves; e de Frederico Pacheco de Medeiros, seu primo; Mendherson Souza Lima, assessor parlamentar do senador Zezé Perrella (PMDB-MG), também foi preso preventivamente.

Na decisão, o ministro do Supremo negou o pedido de prisão de Aécio que lhe foi feito pela Procuradoria-Geral da República. O tucano — que se licenciou ontem da presidência nacional do PSDB — foi gravado pedindo R\$ 2 milhões ao sócio da JBS.

87%

das pessoas consultadas em um levantamento nacional feito pela Paraná Pesquisas defendem que Temer renuncie à presidência. Apenas 8,7% disseram que não deve haver renúncia.

CONTINUA

GAZETA DO POVO 19 MAI 2017

CONTINUAÇÃO

IMPEACHMENT

Protocolo da Câmara soma 11 pedidos contra Temer

BRASÍLIA

Evandro Éboli

correspondente

● Desde o surgimento da denúncia contra o presidente Michel Temer, o setor de protocolo da Câmara dos Deputados já recebeu oito pedidos de abertura de processo de impeachment contra o peemedebista. Se contabilizar outros três que estão acumulados desde o ano passado — que tem como motivação a pressão do ex-ministro Geddel Vieira Lima para o Iphan liberar um empreendimento onde seria beneficiado na Bahia — há 11 no setor de protocolos. Todos “em andamento”, que acusam Temer de cometer crime de responsabilidade.

Entre os autores desses pedidos há três deputados federais que votaram a favor do impeachment de Dilma Rousseff, em abril do ano passado. Diego Garcia (PHS-PR) é um desses parlamentares. No seu voto, disse que afastava Dilma pelo “resgate da moralidade”, e também da família. João Gualberto (PSDB-BA), outro que votou pelo afastamento da petista e agora quer o de Temer, apostava suas fichas no governo do peemedebista. O deputado JHC (João Henrique Caldas), do PSB de Alagoas, é também autor de pedido de impeachment de Temer e que votou “sim” pelo afastamento de Dilma.

Agilidade

O pedido mais alardeado foi o de iniciativa de cinco partidos da oposição, apresentado ontem. Mas os signatários são seis advogados, militantes de ONGs e representantes de movimentos sociais, caso de Alexandre Conceição, um dos coordenadores do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) foi o mais rápido e na noite da própria quarta-feira (17) apresentou o primeiro pedido, com oito páginas que praticamente reproduzia o texto da reportagem do jornal *O Globo* sobre o caso.

Para aliados, áudios não incriminam o presidente

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● A divulgação dos áudios da conversa do empresário Joesley Batista com Michel Temer fez com que aliados do presidente adotassem o discurso de que o material não o incrimina. Para eles, os áudios enfraquecem a tese do impeachment, embora reconheçam que há um enorme clima político desfavorável, que poderá ser incontornável diante da operação pública. Segundo um dos interlocutores de Temer, a avaliação no Planalto é que a gravação “é confusa” e não indicaria nada comprometedor em relação ao presidente.

Antes de os áudios serem divulgados pelo Supremo Tribunal Federal, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que as gravações “não trarão surpresas”. “Já sabemos que não tem surpresa”, afirmou o ministro. Segundo Padilha, os áudios comprovam que Temer concordou com a ajuda do executivo ao ex-deputado Eduardo Cunha no âmbito de uma ajuda familiar, de “solidariedade”.

19 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Supremo afasta Rocha Loures do cargo



“FECHAR PORTEIRAS”

Em conversa gravada por Joesley Batista, o deputado Rocha Loures (PMDB-PR) disse para o dono da JBS “fechar porteiros” “que poderiam ser abertas pela delação da Odebrecht e “resolver problemas” decorrentes da investigação.

Cenas gravadas pela PF mostram o trâmite da propina.

Além da citação na delação da JBS, cenas gravadas pela Polícia Federal mostram o deputado do PMDB-PR recebendo R\$ 500 mil de propina

Da Redação, com Agência o Globo

● Homem de confiança de Michel Temer, o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) foi afastado ontem do cargo pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin — Loures é citado na delação de Joesley Batista, da JBS, por supostamente ter encaminhado ações em favor da empresa no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em troca de propina. A casa do deputado, em Curitiba, e seu gabinete em Brasília foram alvos de uma operação de busca e apreensão na manhã de ontem. Quem deve assumir a vaga do deputado é

Teruo Kato, ex-deputado estadual que ficou como segundo suplente do PMDB na eleição de 2014.

Gravações

Também há cenas do flagrante do recebimento de propina (no valor de R\$ 500 mil): divulgadas com exclusividade ao colunista Lauro Jardim, do jornal *O Globo*, as imagens, gravadas pela Polícia Federal, mostram a entrega do valor no dia 28 de abril, quando Rocha Loures se encontra com o diretor da JBS Ricardo Saud em um café no Shopping Vila Olímpia, em São Paulo. Do café, eles seguem para o restaurante Pecorino, num movimento interpretado como uma forma de despiste. Meia hora depois, os dois se encontram no estacionamento do mesmo shopping. Dentro de um carro, Saud tinha uma mala com R\$ 500 mil em notas marcadas pela PF. O deputado não pega o dinheiro no estacionamento e segue com Saud para a pizzaria Camello, no bairro dos Jardins, e

deixa o local carregando uma mala preta com, segundo a PF, a propina.

Em nota, o advogado José Luis Oliveira Lima, que representa Rocha Loures, disse que, “apesar da divulgação parcial de alguns trechos da investigação, ainda não foi disponibilizado para a defesa o acesso aos procedimentos que tramitam no STF”. “Tão logo se conheça o teor da investigação, todos os esclarecimentos devidos serão apresentados pelo Deputado Rodrigo Rocha Loures. Registramos que o deputado está à disposição das autoridades para prestar todos os esclarecimentos devidos.”

Na quarta-feira (19), estouro do escândalo, Loures estava em Nova York, onde uma palestra sobre a política brasileira e as perspectivas para a agenda de reformas do governo a um grupo de investidores internacionais. A expectativa é de que ele retornasse ao Brasil ontem, mas não foi confirmada a data de volta ao país.

19 MAI 2017

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Para o bem e para o mal

O Paraná está em destaque nos dois extremos do atual momento político-institucional do país, como mocinho e como vilão. No primeiro caso, temos o ministro mais poderoso do Supremo Tribunal Federal (STF) no momento, Luiz Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato, condição que o coloca como o homem que manda prender, soltar ou afastar figuras de relevo da República. No segundo caso, também estamos liderando o ranking de estado com destaque na crise, com o envolvimento do deputado federal Rodrigo Santos da Rocha Loures (PMDB) nas denúncias que ameaçam emborcar de vez o governo Temer, do qual ele era até pouco tempo eminência parda.

Eu bem que avisei

O presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha, lembrou ontem à coluna o bate-boca que teve com o ministro do STF, José Antônio Dias Toffoli, no dia 6 de fevereiro deste ano na posse do desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira como presidente do TRE-PR. Na ocasião, Noronha cobrou publicamente de Toffoli, então presidente do TSE, celeridade no julgamento de ações que pesam contra políticos, numa referência às denúncias envolvendo a chapa Dilma-Temer. "Se tivessem julgado esse caso lá atrás, hoje o país não estaria nessa situação em que se encontra", disse Noronha.

19 MAI 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Debandada geral

O mais recente escândalo político em que se vê envolvido o governo do presidente Michel Temer chegou agora, efetivamente, ao “capo”. Acossado por denúncias – gravadas e registradas – de que teria colaborado para comprar o silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB), Temer veio a público ontem dizer que

mostrará, no Supremo Tribunal Federal (STF), não ter “nenhum envolvimento com estes fatos”, e garantiu: “Não renunciarei”. O estrago, porém, está feito.

Em pouco mais de 24 horas de crise, os integrantes do governo iniciaram uma debandada geral do “navio Temer”. Ministros, deputados e senadores aliados, agregados e ocupantes de

cargos de confiança, vendo o governo adernar perigosamente, começam rapidamente a virar as costas a tudo que até ontem defendiam. E o efeito mais imediato desta fuga generalizada é o abalo que o governo sofrerá no Congresso Nacional, até então o esteio mais forte de Temer.

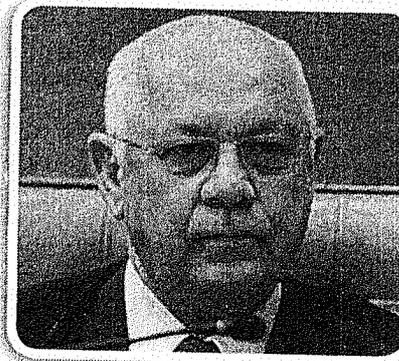
Sem apoio popular, enredado em denúncias que

afundam as principais cabeças da administração federal no lodo da corrupção, e agora atingido diretamente pelo tsunami da Lava Jato, Temer está vendo seu governo em cacos. E pouco pode fazer para reverter uma situação que agora, ao que parece, não tem mais volta. O governo Temer, para efeitos práticos, acabou. ■

Filho de Teori levanta suspeitas

STF

Francisco Zavascki, filho do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki (foto), postou um desabafo no Facebook na noite desta quarta-feira (17) sobre as novas denúncias envolvendo o presidente Michel Temer (PMDB). “Não tenho como não



pensar que não mandaram matar o meu pai!”, escreveu ele.

Francisco diz que Teori sabia dos esquemas de corrupção do PMDB, que “está no poder desde sempre e que aproveitava junto com o PT tudo de bom que o Governo pode dar... Até que veio a Lava Jato”. ■

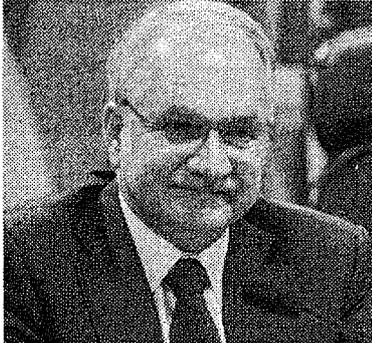
19 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

O FIM DO MUNDO ESTÁ PRÓXIMO. E AGORA PARECE VERDADE

(Marcelo Camargo/Agência Brasil)



Ministro Edson Fachin, deputado Rodrigo Rocha Loures e jornalista Lauro Jardim

Ao encerrar o Bom Dia Brasil nesta quinta-feira (18), o âncora Chico Nogueira brincou: "De tédio aqui não se morre". O 'aqui' é o Brasil.

Quando a economia dava sinais de recuperação, eis que há um boi no caminho. E é o boi da JBS. A compra do silêncio de Eduardo Cunha com a benção de Michel Temer, o pagamento de propina de R\$ 2 milhões a Aécio Neves, agora acrescido de outros R\$ 60 milhões durante a campanha do tucano em 2014, e o grande esquema envolvendo 'infiltrados' nos três poderes, sem exceção, inclusive no Ministério Público Federal, dá a dimensão do bovino.

O quadro é tão grave e tão apocalíptico que resta a Temer três saídas: a renúncia, o impeachment ou o aeroporto do Galeão.

ESTACA NO CORAÇÃO

Ironia. Foram as Organizações Globo, a representante máxima

da "mídia golpista" – como definiam os bocós – quem cravou a estaca no peito do presidente da República. Ah, a liberdade de expressão. Ah, a imprensa livre.

O AUTOR DA BOMBA ATÔMICA

O colunista Lauro Jardim, autor da reportagem-bomba, fez longa carreira na "Veja", onde foi repórter, titular da coluna Radar e redator-chefe.

Deixou a revista para estreitar blog em "O Globo". Mesmo baseado no Rio de Janeiro, vinha cobrindo o poder em Brasília ao seu estilo: comendo pelas beiradas, cultivando fontes, checando rigorosamente as informações. É um profissional que moureja até em seus dias de folga. Costuma pedalar de bicicleta pela orla de Copacabana por mais de 25 quilômetros, três dias por semana.

O HOMEM DA MALA

Em meio à crise do governo,

o nosso Paraná faz triste figura. Não bastassem todos os outros, não se nomeie aqui, eis o deputado federal Rodrigo da Rocha Loures (PMDB-PR), filho de empresário, filho de ex-presidente da FIEP, fazendo o papel de homem da mala. O ministro do STF, Edson Fachin, determinou o seu afastamento do cargo. O pleno do Supremo decidirá se ele será preso. Somos todos macambúzios. Todos sorumbáticos.

FACHIN PRA COMPENSAR

Para compensar, a bela figura paranaense mais em evidência nos últimos meses é o ministro Edson Fachin, que no STF substituiu o ministro Zavascki e encaminha os processos da Lava Jato.

Fachin superou o que se esperava dele. Para os que o já conheciam e confiavam no seu padrão de jurista e homem bem formado, Fachin é um caso típico de "ultra petita". Foi além do pedido.

19 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Multa por descumprimento de contrato de fidelidade deve ser proporcional

Operadoras de TV por assinatura não podem cobrar multa integral por descumprimento de contrato de fidelidade sem levar em conta o tempo de vigência do acordo. Por maioria, os ministros da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça entenderam que a cobrança, sem computar o prazo de carência parcialmente cumprido pelo consumidor, beneficia de forma “exagerada” o prestador do serviço e fere o Código de Defesa do Consumidor.

Segundo STJ, operadoras de TV por assinatura não podem cobrar multa integral por descumprimento de contrato de fidelidade sem levar em conta o tempo de vigência do acordo.

No caso concreto, a NET questionava decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que manteve decisão de primeira instância condenando a empresa a parar de fazer a cobrança e pagar multa pelo descumprimento da determinação judicial. O caso chegou ao Judiciário porque o Ministério Público do Rio de Janeiro propôs uma ação civil pública contra a empresa.

O voto vencedor foi o do relator do recurso, ministro Luis Felipe Salomão. Ele afirmou que, em julho de 2014, entrou em vigor resolução da Agência Nacional de Telecomunicações obrigando as empresas do setor a calcular a multa por fidelidade proporcionalmente ao valor do benefício concedido e ao período restante para o decurso do prazo mínimo estipulado. Apesar disso, Salomão entendeu que a prática da empresa era abusiva mesmo antes da vigência da norma da Anatel. Segundo o processo, a NET fazia a cobrança integral até 2011, quando o juiz de primeiro grau atendeu ao pedido do MP-RJ.

Na opinião do relator, o custo arcado pelo prestador do serviço é recuperado a cada mês da manutenção do vínculo contratual com o consumidor. “Por isso não é razoável a cobrança da mesma multa àquele que incorre na quebra do pacto no início do prazo de carência e àquele que, no meio ou ao final, demonstra o seu desinteresse no serviço prestado.”

A turma deu parcial provimento ao recurso apenas para reduzir a multa de R\$ 10 mil para R\$ 500 por descumprimento comprovado da determinação judicial e afastar a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do MP. “Na hipótese, não há falar em má-fé da parte vencida na ação civil pública, razão pela qual a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público deve ser afastada.”

19 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

MURILO AITH

Resquício moral para a reforma da Previdência foi para o ralo

As bombásticas notícias sobre a delação premiada do dono da JBS Joesley Batista, que gravou um áudio em que o presidente Michel Temer aparece dando aval para o pagamento de uma mesada ao ex-deputado Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro, devem travar e implodir a base do governo federal para aprovação das reformas da Previdência e trabalhista.

Neste momento, não há razoabilidade para se aprovar qualquer tipo de reforma no sistema previdenciário brasileiro. Estamos num momento de grave crise política e institucional. E a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287, a PEC da Previdência, perde toda a sua força no Congresso Nacional. Não existe legitimidade muito menos moral, nem do governo e nem dos parlamentares atuais para a votação de mudanças tão pujan-tes e que restringem direitos conquistados por décadas, pelos trabalhadores e aposentados brasileiros.

Este é o momento também de abrir, de uma vez por todas, a caixa-preta do governo e da Previdência Social. É o momento de uma auditoria detalhada, para demonstrar a verdadeira realidade da seguridade social no país. De terminar com a falácia do deficit da Previdência. A abertura das contas poderia identificar os milhares de devedores da Previdência, que até então estão escondidos, pois provavelmente se trata de "gente graúda" que tenha acertos e envolvimento com a máquina pública.

Além disso, antes de tornar as regras para dar entrada na aposentadoria mais rígidas, os parlamentares deveriam cobrar o governo federal sobre o destino da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que subiu de 20 pa-

ra 30% das arrecadações tributárias e previdenciárias. Estamos falando em valores de cerca de R\$ 110 bilhões ao ano. Valores que são idênticos ao tão noticiado rombo da Previdência.

A equipe econômica de Michel Temer já estava sofrendo uma ampla resistência política para aprovação do projeto original da reforma, que foi retalhado nos últimos dias.

O governo federal já estava agindo de forma desesperada, falando em ceder cargos, aprovando MP (medida provisória) para parcelar dívidas de Estados e municípios. Entretanto, agora, será difícil ter uma base sólida e de confiança para atestar as suas falácias e inverdades sobre o aposentado brasileiro.

Por fim, é certo que não há clima e nem confiança para se aprovar qualquer reforma estrutural nos direitos dos trabalhadores e dos aposentados brasileiros, sem uma ampla auditoria e um intenso diálogo e debate sobre as reais necessidades do sistema previdenciário brasileiro.

Agora, é hora de aguardar os desdobramentos de mais essa página triste do nosso país, mas sem deixar de lutar pela justiça social. Não cabe aos trabalhadores este fardo. Vamos voltar às ruas, pressionar o Congresso e permanecer na luta para

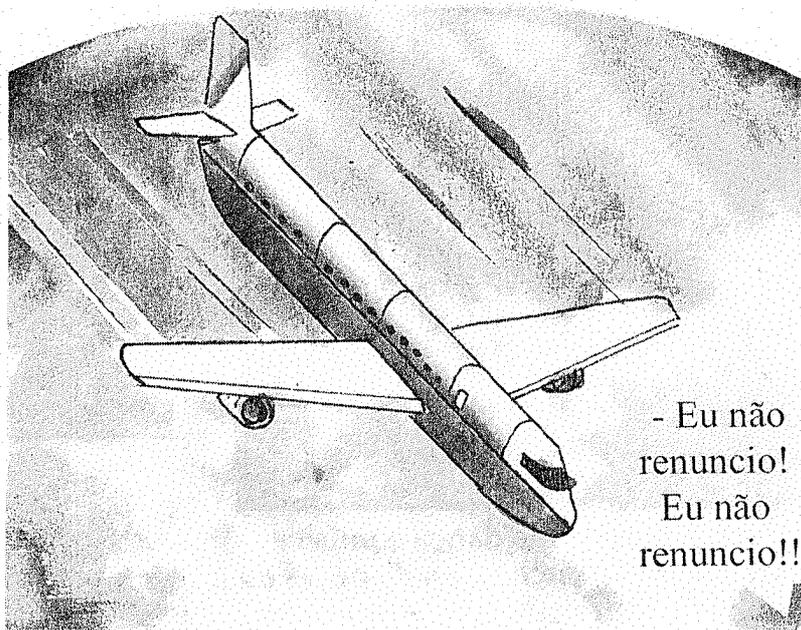
que esta reforma não saia do papel do jeito que está desenhada.

MURILO AITH é advogado especialista em Direito Previdenciário em São Paulo

“
Não há clima e nem
confiança para se
aprovar qualquer
reforma estrutural
nos direitos dos
trabalhadores e
dos aposentados
brasileiros”

19 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA



- Eu não
renuncio!
Eu não
renuncio!!

MARCO
JACOBSEN

19 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Juízes pedem apuração

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, juntamente com diversas entidades da Magistratura e do Ministério Público, divulgou nesta quinta-feira (18) nota pública sobre os atuais desdobramentos políticos. As associações pedem a imediata apuração dos fatos e responsabilização dos envolvidos, com pronta suspensão de todas as agendas políticas, em especial as reformas trabalhista e previdenciária, que demandam tranquilidade pública e normalidade institucional. Na nota, as entidades afirmam que “as notícias divulgadas pelos órgãos de imprensa, revelando condutas incompatíveis de importantes agentes políticos, inclusive do Presidente da República, se confirmadas, comprometem e inviabilizam, definitivamente, do ponto de vista ético e institucional, a manutenção de um governo já amplamente rejeitado pela opinião pública”.

MAZZA

Folclore

O ministro Edson Fachin tende a ser uma das figuras consulares do momento brasileiro e ontem, como fez no caso do ex-ministro Palocci, transferiu a questão da prisão de Aécio Neves à decisão do colegiado. No primeiro caso, driblou a hipótese de nova derrota na segunda turma e, no segundo, preservou a condição de distanciamento necessária a um relator.

19 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Biometria

A Justiça Eleitoral do Paraná inicia no final deste mês a primeira etapa do cadastramento biométrico dos eleitores dos municípios da região de Londrina. O procedimento envolverá pelo menos 12 cidades e mais de 230 mil eleitores. Londrina, Tamarana, Apucarana, Cambira, Novo Itacolomi, Cambé, Porecatu, Florestópolis, Miraselva e Prado Ferreira já passaram pela revisão do eleitorado e puderam utilizar a identificação do eleitor pelo sistema biométrico nas Eleições de 2016.

Próximas etapas

No próximo dia 29, a revisão do eleitorado começa em Centenário do Sul (Lupionópolis e Cafeara), Bela Vista do Paraíso (Alvorada do Sul) e Ibiporã (Jataizinho). A partir do dia 12 de junho, será a vez dos eleitores de Jaguapitã (Guaraci), Arapongas (Sabáudia) e Rolândia realizarem o cadastramento. A Justiça Eleitoral informa que não haverá instalação de postos de atendimento para cidades que não tenham cartório eleitoral.

165 mil eleitores

O eleitor que perder o prazo terá seu título cancelado, não podendo votar nas próximas eleições e ficando impedido de obter certidão de quitação eleitoral, documento necessário para, dentre outros benefícios, fazer passaporte e tomar posse em concurso público. Em toda a região, a Justiça Eleitoral espera cadastrar biometricamente pelo menos 165 mil eleitores no ano de 2017. O atendimento será realizado de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas.

Doação de salário

O Ministério Público (MP) do Paraná, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Paranaíba (Noroeste), recomendou ao prefeito Carlos Henrique Rossato Gomes (PSDB), o delegado KIQ, que retire da página oficial do município na internet e em redes sociais (facebook) informações e vídeos que pessoalizam o repasse de subvenção, no valor de R\$ 22.840,00, efetuada em favor da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), bem como deixe de fazer referência, para fins de publicidade institucional, à origem da verba dos cofres públicos do município como sendo decorrente “do salário que o prefeito abriu mão de receber”.

Autopromoção

Segundo o MP, o prefeito é servidor estadual concursado e teria optado por receber os proventos relativos ao cargo efetivo que possui junto ao governo do Paraná. “Portanto – reforça o MP -, não faz sentido noticiar o repasse de dinheiro nos termos elencados, haja vista que se trata de recursos que pertencem aos cofres do município de Paranaíba”. Ainda de acordo com o MP, as mensagens postadas na página do município e em redes sociais “caracterizam autopromoção e têm o evidente propósito de pessoalizar a administração municipal, por intermédio da identificação pessoal, ofendendo, assim, os princípios constitucionais da administração pública”.

19 MAI 2017

BEMPARANÁ

Rocha Loures é afastado

Ex-assessor de Temer, deputado paranaense foi filmado recebendo mala com R\$ 500 mil em propina

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou ontem o afastamento do deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB) do mandato. Assessor do presidente Michel Temer (PMDB) até março deste ano, Rocha Loures foi filmado recebendo R\$ 500 mil em propina, em uma pizzaria de São Paulo, em troca da solução de pendências do grupo JBS junto ao governo federal. A operação teria sido combinada em conversa entre Temer e o dono da empresa, Joesley Batista, gravada pelo empresário. Na mesma decisão de ontem, o ministro Edson Fachin, relator dos processos da Lava Jato no STF, rejeitou pedido de prisão do paranaense feito pela Procuradoria Geral da República.

A Polícia Federal realizou ontem operação de busca e apreensão no gabinete de Rocha Loures em Brasília e em



Rocha Loures: PF fez busca e apreensão em gabinete

imóveis do parlamentar nos bairros do Boa Vista e Alto da Glória, em Curitiba. Em Brasília, a ação durou quatro horas e meia. Os agentes da PF deixaram o gabinete do deputado apenas com um malote. A PF chegou ao local por volta das 6 horas manhã e a Polícia Legislativa isolou o corredor

de acesso ao gabinete.

Gás - Segundo o jornal *O Globo*, sob orientação de Temer, o dono da JBS se encontrou com Loures e pediu ajuda em questão que envolve o preço do gás fornecido pela Petrobras à termelétrica EPE, usina do grupo J&F. O empresário afirma na delação que Loures

ligou para o presidente em exercício do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pediu solução para o caso, em troca de R\$ 500 mil semanais por 20 anos. A entrega do dinheiro, feita por Ricardo Saud, diretor da JBS e um dos sete delatores, foi filmada pela PF. Fotos da entrega foram publicadas na quarta-feira pelo *O Globo* (veja reprodução abaixo).

Rocha Loures voltaria de Nova York na noite de ontem. José Luis Oliveira Lima, advogado de Rocha Loures, afirmou em nota divulgada ontem que a defesa ainda não teve acesso aos procedimentos que tramitam no STF. "Tão logo se conheça o teor da investigação, todos os esclarecimentos devidos serão apresentados", disse. Segundo Oliveira Lima, o deputado já se colocou à disposição das autoridades.

DIÁLOGO

"Eu disse pra Michel, desde quando Eduardo foi preso e ele (Funaro), quem está segurando as pontas sou eu".

do dono da JBS,
Joesley Batista.

"Mas o fato é que lá no Congresso depois desse episódio do (senador Valdir) Raupp, está todo mundo preparado".

do deputado federal
paranaense Rodrigo
Rocha Loures (PMDB)

19 MAI 2017

DIÁRIO DOS CAMPOS

19 de maio

IMM realiza mais uma etapa do projeto Escola Restaurativa

O Instituto Mundo Melhor (IMM) realizou mais uma etapa do Projeto Escola Restaurativa, desenvolvido em parceria com a Comissão de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Paraná (CJR), no Colégio Estadual Professor João Ricardo Von Borell, de Ponta Grossa. A ação foi realizada durante quatro dias da semana passada e reuniu todos os 1,7 mil alunos da instituição.

A ação contou com professores capacitados do próprio colégio e facilitadores do CJR. O IMM tem convênio com o TJ-PR para ser o agente implantador da Justiça Restaurativa. Segundo a diretora do Colégio Borell, Claudete Aparecida de Campos Albuquerque, as práticas restaurativas visam prevenir e solucionar conflitos por meio da participação ativa dos sujeitos, e tais atividades favorecem esta construção. “Foram realizados círculos de relacionamento e construção de paz nas turmas de ensino fundamental, Médio e Profissional dos turnos da manhã, tarde e noite. As atividades da Escola Restaurativa são permanentes, no entanto, a realização dos círculos tinha como principal objetivo demonstrar como funciona o círculo de construção de paz e sensibilizar para os relacionamentos interpessoais, para que todos tivessem acesso à atividade circular e pudessem se familiarizar com tal prática”, explica.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

19 MAI 2017

De modo geral, a Justiça Restaurativa envolve a solução de conflitos através da aproximação entre vítima e o agressor, suas famílias e a sociedade na reparação dos danos causados por um crime ou infração. O Projeto Escola Restaurativa, desenvolvido pelo CJR e pelo IMM, faz parte dessa prática. A iniciativa conta com a capacitação dos profissionais de educação que, posteriormente, promovem a implementação dentro das escolas

De acordo com o presidente do IMM, Jeroslau Pauliki, o objetivo é contribuir para a redução dos índices de violência no ambiente escolar. “Nós decidimos trabalhar com este público por entendermos a importância da educação na formação do indivíduo e por percebermos que algumas escolas estão localizadas em locais de grande violência. A Escola Restaurativa é mais uma ferramenta na construção de um mundo melhor”, enfatiza.